

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon _ Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 _ Londrina _ PR

Data: 26 de julho de 2017

Horário: 08:15 horas (1ª convocação) – 08h30min (2ª convocação)

1 Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social no Campos Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015,
3 sala 1008_Centro_, Londrina_ PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista
4 de presença devidamente assinada e anexada. A reunião é iniciada em segunda chamada,
5 às oito horas e 30 minutos. Valmirete Alves iniciou a reunião com a apresentação da pauta:
6 Segue proposta de pauta para conhecimento e deliberação em plenária: 1. 08h15:
7 Apresentação e aprovação da pauta; 2. 08h20: Aprovação de Atas: 08/03, 26/04, 31/05,
8 21/06; 3. 08h30: Orçamento; 3. 09h50: XII Conferência Municipal de Assistência Social; 4.
9 10h50: Balanço CMAS Gestão 2015-2017; 5. 11h10: Comissão de Fundo; 6. 11h40: Informes;
10 7. 12h00: encerramento. Valmirete Alves sugeriu a inversão do ponto de pauta dos informes
11 para o início da reunião devido ao prolongamento da mesma e esvaziamento ao final. Assim
12 ficou aprovada a seguinte pauta: **1. Informes; 2. Aprovação de Atas: 08/03, 26/04, 31/05,**
13 **21/06; 3. Orçamento; 4. XII Conferência Municipal de Assistência Social 5. Balanço**
14 **CMAS Gestão 2015-; 5. Comissão de Fundos; 6. Encerramento. 1. Informes:** Valmirete
15 Alves coloca como informe, cancelamento do registro no CMAS da Casa de Maria, casa já
16 desativada de acolhimento criança e adolescente. Também apresentou a avaliação da
17 comissão de acompanhamento da ALIA. Valmirete leu resposta do ofício, Bom samaritano em
18 resposta as denúncias trazidas a esse CMAS. Em seguida apresentou ao CMAS resposta do
19 Ofício enviado ao Pão da Vida, no qual informava que coordenação apresentou prestação de
20 contas ao CMAS quando este papel é da diretoria. No ofício em questão o Conselho
21 perguntou para a atual diretoria se a coordenadora anterior a diretoria ainda responde pela
22 associação do Pão da Vida. Em resposta a diretoria relata que a coordenadora atual não
23 responde pela prestação de contas, fez por conta própria, mas que a diretoria é responsável
24 por isso. Valmirete relata que ficou como encaminhamento que a nova composição do
25 C.M.A.S deverá cobrar da diretoria então a prestação de contas a esse C.M.A.S. Valmirete
26 apresentou como informe sobre a Câmara dos Vereadores, que enviou propostas - Maria da
27 Penha Vai as Escolas para que o CMAS se posicione em relação ao mesmo. Diante do
28 pouco tempo para discussão e desconhecimento do projeto, após várias sugestões da
29 plenária ficou como encaminhamento que na primeira reunião nova gestão CMAS se forme
30 uma comissão para avaliar projeto de Lei que envolve as políticas setoriais Assistência
31 Social, Educação e Saúde). Valmirete coloca sua preocupação porque terá prazo para se
32 manifestar. Ficou deliberado que C.M.A.S irá fazer ofício com pedido de prorrogação de
33 prazo para manifestação diante da transição do C.M.A.S. Valmirete apresentou avaliação do
34 CEAS, ficando para preencher junto ao balanço. Valmirete apresenta substituição de
35 conselheiros da Educação e Trabalho. O Conselho entendeu que não há tempo para
36 nomeação visto ser a última reunião. Ficou deliberado que CMAS oficie resposta que não há
37 tempo hábil para nomeação e que novos conselheiros sejam indicados para nova gestão. **2.**
38 **Leitura e aprovação das Atas:** quanto a Ata 03/03/2017 Neusa passou alteração. Na ata

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 26/04/2017 Ivana também sugere alteração e C.M.A.S acata, Ivana relata que passou divisão
40 da equipe e relato do Centro Pop os quais foram incluídos na ata. Quanto a Ata do dia
41 21/06/2017 foi feita correção de ortografia. **3. Orçamento:** Gisele Tavares fez um resgate da
42 apresentação do orçamento da última reunião do dia 19/07/2017, devido a várias pessoas
43 estarem presentes nessa reunião sem terem participado das anterior, explicando a
44 necessidade de todas as ações do PPA terem as mesmas denominações no orçamento,
45 portanto, houve a necessidade de revisão do PPA e orçamento. Gisele coloca que o valor do
46 orçamento ainda é o mesmo, não temos para o ano todo, mas será apresentado como no
47 ano anterior ao C.M.A.S deve enviar ofício se manifestando ao contrário ao orçamento
48 apresentado e que é necessário acrescentar o valor de R\$ 2.373.000,00 para manter
49 serviços, conforme deliberação da reunião passada. Isso é necessário porque a nova Gestão
50 do C.M.A.S já precisa desse indicativo. Foi colocado a preocupação de composição de novos
51 conselheiros que não participou desse processo e orçamento em 30/08 para o legislativo.
52 Valmirete relata que os conselheiros atuais devem ter o compromisso de acompanhar essa
53 transição para garantir as discussões e encaminhamento feitos. Gisele relata que irá expor
54 novamente o orçamento apresentado na última reunião. Também relatou que poderá depois
55 ao final expor como ficou os agrupamentos, pois não comprometeu conteúdo. Gisele Sugeriu
56 que retome a discussão com novos conselheiros e também delibere que tendo em vista que
57 não tem orçamento para o ano todo”, não pode ter contingenciamento no início do ano. É
58 muito delicado começar o ano com contingenciamento e o C.M.A.S poderá deliberar sobre
59 isso para que não ocorra. Gisele apresentou um comparativo dos valores de fonte livre em
60 cada elemento em 2018 e 2017, conforme segue: Na unidade 25.010: Projeto “Obras e
61 equipamentos – SMAS”: R\$ 6.000; “Atividades da SMAS”: R\$ 330.000,00; Atividades de
62 Gestão Administrativa, Financeira e do Sistema Municipal de Assistência Social”: R\$
63 138.000,00; “Atividades de Proteção Social Básica”: R\$ 2.000,00 (exceto pessoal);
64 “Atividades de Proteção Social Especial”: R\$ 2.000,00 (exceto pessoal); Obras e
65 equipamentos Conselhos Tutelares”: R\$ 2.000,00; “Atividades dos Conselhos Tutelares e
66 CMDCA”: R\$ 466.000,00. Na unidade 25.020: “Obras e equipamentos – FMDCA”: apenas
67 fonte 880; “Atividades do FMDCA”: R\$ 9.000,00, mais fonte 880. Na unidade 25.030: “Obras
68 e equipamentos – PSB”: R\$ 26.000,00, mais fonte 940; “Obras e equipamentos – PSE”: R\$
69 26.000, mais fontes 815 e 843; Obras e equipamentos – Gestão do SUAS”: R\$ 3.000,00,
70 mais fonte 936; “Atividades de PSB”: R\$ 15.609.000,00, mais fontes 934 e 940; “Atividades
71 de PSE”: R\$ 7.070.000,00, mais fontes 812, 815, 843, 938 e 939; “Atividades de Gestão do
72 SUAS”: apenas fonte 936; “Atividades de Apoio ao CMAS: apenas fontes 936 e 940”. Maiores
73 detalhes constam na íntegra do documento arquivado no CMAS. Salientou que há um déficit
74 de R\$ 2.373.000,00 para que o orçamento cubra todo o custeio dos serviços, programas e
75 benefícios no ano de 2018, sendo R\$ 143.000,00 na unidade 25.010 e R\$ 2.230.000,00 na
76 unidade 25.030. Gisele informou que, devido à elaboração do PPA os projetos e atividades
77 constantes do orçamento sofrerão adaptação e os nomes e distribuição dos valores ora
78 apresentados poderão ser alterados, não mudando, porém, os valores totais alocados por
79 fonte de recurso e por destinação em cada unidade orçamentária. Houve a apresentação até
80 o item “Atividade da PSB”, tendo-se debatido a manutenção ou não do valor alocado para

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 pagamento do auxílio funeral nesse cenário de déficit de orçamento. Quanto a atividade 6061
82 de PSB o maior valor é com despesa de pessoal 60% do orçamento deliberado por esse
83 C.M.A.S. Dentre as discussões surgiu o gasto com passes na fonte mil e Sandra Nishimura
84 coloca que havia uma compreensão anterior de que o vale transporte se configurava como
85 benefício e a partir de reflexões sobre a política pública de assistência social, há um
86 entendimento de que o vale transporte não é benefício, mas proporciona acesso aos serviços
87 socioassistenciais, assim como, cabe também a política de educação viabilizar o acesso dos
88 estudantes, a exemplo da locação de ônibus para locomoção destes do local de moradia,
89 Conjunto Vista Bela para as escolas. O vale transporte não sendo compreendido como
90 benefício, há possibilidade de fazer uso do recurso externo para aquisição dos mesmos.
91 Gisele coloca que só em 2019 poderá mudar o contrato e usar recurso externo para acesso,
92 mas não agora, pois o empenho que foi feito foi recurso para benefícios, vinculado ao decreto
93 Benefícios. Quanto ao pagamento à ACESF não adiantaria, pois o valor é muito pequeno e
94 não daria para pagar uma parcela especial. Paulo Aragão coloca que tem muitas críticas
95 quanto a esse benefício, não é divulgado não atende de fato a necessidade da família, porém
96 temos que garantir a sua continuidade e deixar de pagar a outra secretaria poderia causar
97 atrito e descontinuidade de serviço prestado. Neusa Tiba fala que o C.M.A.S deve trabalhar
98 com princípio da Legalidade respeitando o em vigência, fazer discussão com os órgãos
99 envolvidos na operacionalização deste benefício e rever o decreto, a partir do que for
100 estabelecido em conjunto para estabelecer novos procedimentos. Que não ficaria bem no
101 final dessa gestão do C.M.A.S mudar. Luana coloca que não é responsável pelo fato de não
102 ter orçamento. Está trabalhando com valores que a gestão do município passou, assim não
103 tem responsabilidade. A prioridades entre benefícios, como: comer e ser enterrado, a
104 prioridade é comer. Na especial fonte 938 média complexidade o recurso federal pode gastar
105 com pessoal, houve redução de valores, passagens para o Centro Pop de R\$385.000 para
106 310.000 Gisele apresentou atividade de apoio ao C.M.A.S, antes não tinha recurso IGD que
107 podia ser gasto com C.M.A.S, ficava na gestão. Luana ressalta que assim fica mais fácil o
108 controle com o gasto, Gisele concorda, pois antes era preciso levantar soluções:
109 Encaminhamentos: Valmirete coloca que esse C.M.A.S desaprova esse orçamento e podem
110 se inscrever para falar. Gisele apresentou agrupamentos como irão entrar no orçamento.
111 Sara Alexius questiona sobre o kit lanche, custo. Paulo relata que a implementação de
112 serviços, copa poderia ter menos custo. Coloca ainda que precisa amadurecer esse
113 processo. Valmirete pergunta como o C.M.A.S irá se posicionar, pois com a chegada de Silvia
114 passou a ter quórum para deliberar, visto que até aquele momento não o tinha. Após
115 discussões pela plenária fica deliberado o seguinte encaminhamento: Fica como
116 encaminhamento que na primeira reunião de agosto saia uma comissão para conversar com
117 o prefeito, Planejamento, Secretária. Todos que quiserem fazer parte da comissão e não
118 apenas conselheiros. Vanessa usuária do Centro Pop colocou que no CRAS houve proposta
119 de igualar cupons ao valor da cesta básica e novo conselho deve cobrar. Valmirete coloca
120 que entende, após discussões, que o indicativo é a não aprovação do orçamento. Carlos
121 coloca como receio a preocupação da não aprovação e não ter nesse esse valor. Valmirete
122 esclarece que isso não acontece, Gisele coloca que caso não aprove nesse momento terá

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 que aprovar no início de execução. Valmirete coloca que ano passado conseguiu fazer
124 discussões com o Prefeito Alexandre Kireff, mas questiona se será possível com o atual
125 prefeito o Sr. Marcelo Belinati? Valmirete colocou que acha isso difícil, mas C.M.A.S deve
126 provocar. Sandra Nishimura coloca que quando fala que aprovar ou não é o papel do
127 C.M.A.S, e nesse caso aprovar é concordar que o orçamento é suficiente e atende o serviço.
128 Neusa Tiba coloca que esse conselho não deva deliberar nesse momento e enviar ofício
129 informando que este conselho não efetivou a deliberação sobre a proposta orçamentária
130 para o exercício de 2018, ela insuficiência de recursos para fechar os 12 meses e que, só irá
131 se manifestar após reposta desse ofício e das discussões que serão realizadas
132 posteriormente. Por unanimidade foi aprovado se manifestar por ofício e não irá votar por
133 enquanto o orçamento até resposta do ofício deliberado em última reunião. **4. XII**
134 **Conferência Municipal de Assistência Social.** Pré – Conferencia: Credenciamento,
135 referencia: Andrea, Tatiana, Fabiana, Patricia, Karina, Evanilde, Silvana, (Servidores
136 C.M.A.S)- Recepção: Maria Ines e Karem, foi incluída Simone do Meprovi e Simone Toca.
137 Eleição: referencia, Amanda, Cirlene, Ana Cristina, Livia, Maria Ines, Luiz, Paulo, Rodrigo e
138 Carlos. Sistematização: Sandra, Adriana, Marina, Josiane, Samia, Luciana e Luana.
139 Infraestrutura: Lucimar, Marcela, Alex e Selma. Apoio: Maria Ines Galvão, Odivaldo Natalino,
140 Ana Karina, Adenilson, Nanci, Edna, dani Fioravante, Jeniffer, Adriana Casa Grande. Neusa
141 fala que o cardápio será, arroz branco e arroz temperado, macarrão, frango ao olho, e duas
142 saladas. E doces para sobremesas, mais suco. Dona Kimiko (membro da diretoria da
143 Guarda Mirim) estará contribuindo com alguns itens que possamos ter dificuldade de
144 conseguir. E a outra parte está sendo comprada pela Secretaria de Assistência Social.
145 Valmirete apresenta a escala dos funcionários que irão trabalhar e deverão entrar as 16:00
146 horas na sexta-feira até as 22:00 horas e no sábado das 8:00 da manhã as 18:00 horas.
147 Quanto ao coffe break será ofertado, focásias, bolo branco, bolo de chocolate, bolo de
148 cenoura e torta, também café e chá. Sandra Nishimura colocou sobre a posição do
149 observatório, da fala descontextualizada sobre a licitação das refeições da conferência e que
150 esse C.M.A.S deveria se manifestar. Gisele coloca que parece que o C.M.A.S foi
151 irresponsável e ele está cuidando. Luana coloca que realmente o observatório foi
152 desrespeitoso com o C.M.A.S que acompanhou todo o processo. Valmirete falou do processo
153 sério, que teve como base o usado na Conferência passada, foi feito processo sério,
154 orçamento em três locais, etc. observatório poderia passar pelo processo, se apropriar antes
155 de se manifestar as vésperas impedindo a concretização do que foi muito trabalhoso e
156 transparente, além disso, não colocar de forma descontextualizada na imprensa. Valmirete
157 disse que C.M.A.S pode pedir direito de resposta na folha de Londrina e em demais
158 imprensas para expor Nota de repudio em resposta. Sara ira escrever e Gisele ajudará na
159 nota de esclarecimento: Apoio a mesa – na sexta – anotações, temática fará e a parte de
160 estrutura ficara com equipe de apoio. Estela no N.COM fara o cerimonial e a Valmirete
161 coordenara a mesa. Luis assessor fara a leitura para a aprovação do regimento. No sábado
162 Gisele e Neusa ficara responsável pela plenária final e Amanda Boza pela apresentação dos
163 Conselheiros e Delgados. **5. Relato de Comissões e Comissão de Fundo:** Ivana relata que
164 a documentação da ALIA não foi analisada pela comissão, mas que leu o plano de

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 trabalho entregue e se o conselho concordar, pode apresentar para deliberação do CMAS
166 sem análise prévia da comissão. O conselho concordou, tendo em vista os prazos já
167 prorrogados. Foi apresentado o plano de ação da entidade no campo de defesa de direitos. A
168 documentação estava de acordo, com a construção de indicadores, metodologia e público
169 alvo definido. O território onde desenvolve as ações é no norte A, com importante interação
170 com os serviços do território, em especial educação e CRAS. Foi apontado pelo conselho
171 necessidade de entidade focar na defesa de direitos socioassistenciais, já que sua vocação é
172 no campo da saúde. Indicado que há necessidade de incluir ALIA nas observações feitas
173 para as demais entidades de defesa de direitos e definição e direcionamento das ações nesta
174 área por parte do município. Aprovada renovação da inscrição. Luana coloca que o serviço
175 tem muita participação na rede sendo indiscutível a importância, mas precisa de
176 esclarecimento sobre a definição do que é defesa de direitos socioassistencial. Aprovado a
177 manutenção do registro da ALIA. Gisele coloca que a comissão de Fundo discutiu vários
178 assuntos, mas Marcia não trouxe relato. Liliane fez o relato sobre a comissão de inscrição,
179 informa que parte da Comissão se reuniu para análise de alguns processos, mas que não foi
180 possível deliberar, pois será preciso realizar visita em algumas instituições o que não foi
181 possível por falta de carro oficial nos horários que os membros estavam disponíveis.
182 Menciona que seria importante que a discussão acerca dos cadastros fosse ampliada para
183 todos os membros da comissão. Relata ainda que, seria de grande valia, a participação,
184 mesmo que voluntária, de conselheiros que foram membros dessa comissão, para auxiliar no
185 processo de avaliação. Ressalta que a atual Comissão não teve capacitação. Informa que
186 quanto ao pedido de Inscrição da Associação Agua Pura, o Conselho deve enviar um Ofício
187 com objetivo de verificar se há interesse da mesma em pleitear sua inscrição conforme os
188 considerandos realizados em reunião dessa comissão (Cirlene e Ana Paula - representantes
189 do CMAS e Marilena - presidente da Associação). Dessa forma, ficou deliberado que CMAS
190 oficialize ao Agua Pura se ainda há interesse no registro CMAS. Também relatou que está
191 avaliando documentos do Morada de Deus e Casa de Maria que pretende realizar serviços
192 de Acolhimento Institucional, mas não conseguiu fazer visita por falta de carro, e que é
193 urgente a necessidade de recompor a comissão para que sejam efetuadas as pendências.
194 Adriana não sabia da prorrogação do prazo de inscrição para delegado. Luana colocou que
195 fazer assembleia demanda tempo, que não houve divulgação da prorrogação. Valmirete
196 sugere replicar o e-mail, mas se não fez assembleia, não fara hoje. Paulo coloca que teme
197 um esvaziamento. Valmirete coloca que deve ocorrer eleição complementar, fazer última
198 chamada das instituições. **6. Balanço da gestão 2015-2017 CMAS:** Apresentação da minuta
199 elaborada pela secretaria do Conselho. A plenária levantou como conquistas: Cumprimento
200 do calendário ordinário de reuniões do Conselho e da regularidade das reuniões, com a
201 realização de reuniões extraordinárias, quando necessário. Balanço do cumprimento das
202 deliberações ao final da gestão governamental em 2016; Postura crítica do Conselho e
203 aproximação com os usuários, especialmente quando do debate do orçamento de 2017;
204 Reuniões descentralizadas do Conselho; Regularidade de atuação de algumas comissões,
205 garantindo continuidade de análises; Revisão dos instrumentos de manutenção da inscrição
206 - plano de ação e relatório; Capacitação da rede para preenchimento dos instrumentos;

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

207 Cumprimento dos prazos para manutenção da inscrição pela rede, com maior qualidade no
208 conteúdo; Aporte de recursos orçamentários em 2015 e 2016 como resultado das
209 articulações e atuação do Conselho junto ao Poder Executivo, Legislativo e Ministério
210 Público; Instituição da Comissão de Benefícios Socioassistenciais, que assumiu a
211 responsabilidade da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família antes do
212 encerramento do ano de 2017, quando finda o prazo; Representação no CEAS por um
213 usuário da política de assistência social de Londrina, também membro do CMAS; Presidência
214 do CMAS assumida por uma representante de usuários da política; Postura republicana dos
215 membros do conselho quanto às decisões referentes à política de assistência social;
216 Propostas de critérios de partilha com impessoalidade e equidade; Posições muito firmes do
217 CMAS no tocante à matéria orçamentária, desde a elaboração, com definição de prioridades,
218 pautadas no direito, na participação e na democracia, até a busca de aportes necessários e
219 articulações com estruturas da administração pública, legislativo e MP, com a participação de
220 usuários; Análise das contas e da execução orçamentária do FMAS, tanto em relação aos
221 recursos do município, quanto de outras esferas de governo, bem como das propostas de
222 aceite, remanejamentos e programações; Relação respeitosa e democrática com a
223 Administração Pública e vice-versa. Foram levantados pela plenária como principal desafios:
224 Maior articulação da Sociedade Civil; Frequência de toda a representação governamental e
225 não governamental, reduzindo as vacâncias; Realização, de forma sistemática, do balanço do
226 cumprimento das deliberações ao final da gestão governamental em 2016; Integração do
227 Conselho com os usuários da política e rede de serviços; Instituição, no calendário do CMAS,
228 de reuniões descentralizadas sistemáticas e ampliadas; Redefinição do processo de
229 avaliação dos planos de ação e relatórios de manutenção da inscrição e acompanhamento in
230 loco da rede inscrita; Regularidade do trabalho de todas as comissões e retomada de
231 proposta de capacitação para os conselheiros e para atuação nas comissões; Maior
232 apropriação, pelos usuários e conselheiros, do que representa o Cadastro Único, para
233 proposições quanto ao uso dos recursos do IGD; Efetiva garantia de transporte para
234 viabilização da participação dos usuários nas atividades do Conselho; Alteração da legislação
235 afeta ao colaborador eventual para que haja real possibilidade de conselheiros da sociedade
236 civil exercerem a representação do CMAS em instâncias e outras localidades que não
237 apenas o Município de Londrina; Garantia de que o CMAS tenha condições de
238 acompanhamento mais sistemático da rede de serviços e das condições de acesso do
239 usuário, tanto aos serviços, programas e projetos, quanto aos benefícios; Maiores
240 aprofundamentos no que se refere à Lei 13.019/2014, especialmente quanto às atribuições a
241 serem assumidas pela Comissão de Fundo e pelo Conselho como um todo; Estreitamento da
242 relação entre as comissões do conselho, a exemplo da comissão de benefícios e de fundo,
243 com definição de competências, fluxos etc; Maior divulgação das discussões pautadas e
244 deliberações do CMAS; Manter articulação sistemática com comissões do Legislativo e
245 diálogo com o Executivo Municipal; Continuidade dos trabalhos da Comissão Provisória de
246 acompanhamento das situações trazidas ao Conselho quanto aos serviços governamentais
247 da Proteção Social Básica e Especial. Após realização do balanço, Valmirete apresentou
248 questionário do CEAS e fez a leitura das questões, as quais foram respondidas pelos

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

249 conselheiros presentes. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta
250 ata. A reunião é encerrada às 13h11min, sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina
251 Bertonccini de Andrade, primeira Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta
252 reunião ordinária que será Andrade caminhada para apreciação e aprovação.